



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



RIO DE JANEIRO, RJ, 29 DE NOVEMBRO DE 1999

Bom-dia a todos aqui. Aqui tem uma longa nominata, a começar pelo Governador do Ceará, Tasso Jereissati, que não estou vendo. Ah, está aqui, na minha frente, me vigiando. Senhores Ministros de Estado; Senadores, Deputados, Prefeitos, Empresários; Afiliados ao PSDB; Membros do Instituto Teotônio Vilela; Senhoras e Senhores,

Primeiro, quero expressar minha satisfação de poder estar aqui, ainda que por breves momentos, conversando com o PSDB, com a militância do PSDB, com as lideranças do PSDB. Vejo aí o líder me olhando também, com um ar meio estranho. O que aconteceu na Câmara, Deputado e Líder Aécio Neves?

Tenho muita alegria de estar aqui com vocês mais uma vez. Eu queria fazer uma exposição mais ou menos organizada, a respeito de questões que me parecem que são cruciais neste momento para o PSDB e para o Brasil. Claro, sou Presidente da República, não perco essa condição, mas sou membro do PSDB. E quero ter uma conversa muito mais como membro do PSDB do que como Presidente da República.

Queria lhes dizer que nós, quando fundamos o PSDB, tivemos uma série de discussões importantes sobre os rumos do Brasil e sobre as propostas do novo partido. Acho que precisamos retomar essa discussão, e com profundidade.

Eu me recordo de algumas dessas discussões havidas no Hotel Nacional, em Brasília, e com a presença de muitos dos que estão aqui. Estou vendo o Hélio Jaguaribe aqui. Outros que não estão e que deveriam estar aqui ajudaram na formação do PSDB. E, naquele momento, demos um balanço e vimos o que era preciso fazer com o Brasil.

A idéia predominante, então, era de que a questão central, naquele momento, era a de definir rumo, de ter conceito, ter uma posição valorativa. Não era a questão apenas de fazer a crítica de um regime que já estava ali se transformando. Nós estávamos no final da Constituinte. Já não havia mais o regime militar. Era muito mais do que isso, era uma espécie de *aggiornamento*, de tomada de posição diante de novos fatos que tinham ocorrido no Brasil e no mundo. E era preciso ter uma posição afirmativa em termos de crença, de doutrina, se posso dizer assim.

De novo, agora, a questão do PSDB, a questão de um partido que, nas condições do Brasil, se afirma como social-democrático, é uma questão de doutrina. O que é isso? Quais são os valores que estão em jogo? O que temos que fazer e o que fizemos? Porque a diferença da fundação é que nós, hoje, não apenas temos um partido, que teve maior número de votos na eleição passada, no segundo turno, que elegeu e reelegeu o Presidente da República, que tem uma enorme quantidade de governos estaduais, de prefeituras. Somos parte de um sistema de decisões institucionalizadas. Mas não podemos ser só isso. Há uma famosa frase que eu mesmo tinha sugerido para o manifesto, não só no manifesto do PSDB, que diz que é “longe dos palácios e próximo, ouvindo as vozes da rua, os murmúrios da rua”, uma coisa assim. Hoje, não podemos dizer que estamos longe dos palácios, mas não podemos deixar de ouvir o murmúrio das ruas.

E essa é uma posição nova, porque somos governo e temos, ao mesmo tempo, que ouvir as ruas. Quem está no governo, diretamente, muitas vezes não tem ouvido. Tem muito intermediário. Mas os mili-

tantes não têm ouvido intermediário. Ouvem diretamente. Um partido não pode ser só o governo, só o palácio, mesmo quando está no governo, porque aí se perde, se ele não for, realmente, mais do que isso, se ele não expressar o movimento, que é o movimento da sociedade.

Hoje, não podemos fugir do fato de que temos responsabilidades de governo em nível nacional, em nível estadual, em nível municipal. Temos que assumir certas responsabilidades. Eu assumo responsabilidade pessoal, se quiserem, pela parcela que me toca, pelos erros e pelos acertos. Mas temos que evitar uma espécie de auto-indulgência, que não é boa conselheira.

Quando falo como Presidente da República, não posso estar falando disso, eu tenho que falar com o Brasil. Então, tenho que ter uma atitude sempre de defesa e não posso abrir brecha. Agora, quem está na militância não pode ter essa atitude, permanentemente, de não ver. Não pode aceitar a desculpa fácil, não pode ter uma posição, portanto, de auto-indulgência. O que não quer dizer que devamos, também, ter uma posição de permanente suplício e fazer de conta que está tudo errado. Nós temos com isso, estamos fazendo as coisas, temos que ver o que fizemos errado, o que fizemos certo. Não temos de ser auto-indulgentes, mas também não temos que gostar de apanhar. Um partido tem que avançar, tem que lutar, tem que reagir, tem que defender, tem que assumir. Senão, o partido não vai para frente. O partido, para ir para frente, tem que ter posição clara e defender, claramente, o que estiver certo. O que estiver errado, não.

Ora, quando fizemos o PSDB, quais eram as nossas questões principais? Tínhamos a questão da democracia, que tinha de ser consolidada. Tínhamos que fazer com que o Brasil voltasse aos trilhos do desenvolvimento, e tínhamos que fazer as reformas necessárias para conjugar o desenvolvimento econômico com a justiça social. É esse o miolo da nossa questão.

Bom, temos que dar um balanço nisso. Fizemos isso? Consolidamos a democracia? O que falta. Repusemos o Brasil no trilho do desenvolvimento? O que falta? E a justiça social? O que é isso? Os excluídos, os incluídos também, nós fizemos, não fizemos? Temos que avançar bas-

tante nessa direção. É claro que nós, enfim, lutamos para consolidar a democracia. Não fomos só nós. A democracia não é fruto de um partido. É uma aspiração nacional. Há muitos partidos. A sociedade quer a democracia. Neste aspecto, houve um avanço enorme. Quer dizer, a sociedade brasileira, hoje, é uma sociedade democrática. O que não quer dizer que seja igualitária, nem que dê oportunidade para todos de uma maneira igual. Mas do ponto de vista, digamos, de liberdades, aqui há liberdade. E isso é bom. Isso é bom.

Tenho a satisfação de dizer – estou no final do quinto ano de governo – e podem me dizer uma porção de coisas do Governo, menos uma: de que não haja liberdade. Liberdade de imprensa, de movimento, de crítica, até quase ao insulto pessoal. Isso é recebido pelo Presidente e pelo partido com tranqüilidade, com compreensão histórica, tranqüilidade não, porque dá raiva, mas com compreensão histórica da situação, o que é importante.

Mais. Quando falávamos, na verdade, em consolidar a democracia, não estávamos, simplesmente, nos referindo a essas questões. E nem sequer, apenas, à questão, digamos, da formalização da democracia, porque essa já havia. Eleições, respeito ao voto e quase que, parece que esqueceram, agora, o último grito antidemocrático é o “fora FHC”. Esqueceram ontem. Enterraram, foi bom. Foi bom não para mim, mas para eles. Porque é tão atrasado, é tão contrário ao sentimento democrático que não tem sentido.

Mas já havia esse sentimento, no Brasil, de democracia institucional. Já havia um começo. Nós nos referíamos a outras coisas também. É que tínhamos que lutar contra a praga tradicional da fisiologia e contra a “moderna praga do corporativismo”. Tínhamos consciência disso. Esta questão é uma questão séria. Estamos tendo uma batalha cotidiana, exaustiva, para liquidar com essas pragas que não são fáceis de serem liquidadas, mas o PSDB não pode abrir mão disso. Isso não é retórica. Isso é coisa concreta. Coisa concreta significa o seguinte: evidentemente, a máquina de clientela é uma máquina ampla no Brasil. Não é só no Brasil. Ninguém vai ignorar também que em qualquer sistema de poder há uma certa clientela. E há já a definição clássica de Max Weber, o

motim do Estado. Você tem que ter nomeações. Tem que levar os seus. Bom, mas isso não pode ser o objetivo, não pode ser o critério único e não pode deixar de estar subordinado aos outros critérios de interesse nacional e da competência. É difícil. É difícil lutar contra isso.

Houve avanços. Não o suficiente. Exemplos concretos de avanços: na área da educação, na área da saúde, na área da reforma agrária. Ainda existem resistências fisiológicas. Existem, mas estamos lutando. É cotidiano. E não podem fazer gritaria dessa luta, porque se você fizer gritaria, você perde a luta. Mas o PSDB tem que ser o esteio disso e não pode ser parte da fisiologia. Repito, não estou aqui dizendo que um partido vai para o governo e que seus membros não devam assumir responsabilidade de governo. Devem. Precisam. Mas o critério tem que ser o da competência, além da probidade, que é o óbvio.

Essa luta o PSDB não pode deixar de lado, porque isso para o país, para o povo, se confunde com a moralidade. E quem paga o preço sou eu, porque na verdade dizem: "Ah, o Presidente, o Governo Federal, ou não sei o quê." Mas no momento seguinte é o partido todo. Ou nós temos um traço distintivo, e aí entra a questão da ética, ou temos esse traço distintivo e se considera isso como uma coisa fundamental, ou não se avança.

Ora, um partido como o nosso, que sabe que para governar o Brasil precisamos de alianças, não pode ser um partido que repila aliança, nem que repila a distribuição de posições no governo. Mas ele próprio tem que ser, digamos, o fiador dessas alianças. Não é só o Governo, mas também o partido. E tem que ter uma luta constante para evitar que isso se transforme numa troca sem limites, mais difícil que fisiologia. Fisiologia é coisa velha, coisa tradicional. As máquinas antigas de poder são assim. As pessoas se iludem, pensam que, porque indicam alguém para um lugar, isso vai dar voto. Não vai dar voto, vai dar dor de cabeça. Vai dar dor de cabeça, é uma ilusão brutal. Mas pior do que isso é o corporativismo, porque isso não é uma força velha, é nova. É da sociedade contemporânea. O PSDB tem lutado contra isso e tem que continuar lutando contra o corporativismo.

Eu me lembro de que, num dos discursos que fiz, há alguns anos, no início do governo, não sei se quando saía do Senado ou quando tomei

posse como Presidente da República, dizia que a questão fundamental é de que nós tomássemos as decisões olhando o interesse geral. Qualquer interesse particular que se contrapusesse ao interesse geral deveria ser afastado em nome do interesse geral.

O corporativismo é o oposto disso. É exatamente o oposto disso. É olhar o interesse da parte como se fosse mais importante do que o todo. E esta força é enorme no Brasil. É corporativismo de alto a baixo. Não é corporativismo só, não só sindicato e trabalhador, não. Do empresário também. Não são só os sindicatos. São forças organizadas da sociedade, forças que se organizam. Não é um lobby. O lobby é um grupo de interesses explícitos, que luta por seus interesses.

Agora, quando você tem a transformação do lobby em bandeira política, temos, então, a defesa da parte como se fosse o ideal do todo. Aí complica. Porque quando a parte se apresenta como parte, é legítima. Está puxando o que é seu. Quem tem que cuidar do interesse geral é o Estado, é o partido, é o Governo. Tem que ver, está bem? Está certo? Está errado? Cedo? Não cedo? Agora, quando isso vira bandeira, como se fosse bandeira geral, é um perigo. Essa é a maior dificuldade que temos hoje. É que interesse particularista, corporativo, é apresentado como se fosse geral e impede que as políticas que realmente interessem à maioria sejam efetivadas, porque os que estão incrustados no aparelho de Estado, que têm defesas corporativas, primam sobre os interesses gerais.

Essa é uma questão que nós precisamos fazer e continuar nessa luta. Eu sei que, no Brasil, democracia implica essa luta. Temos que ter com coerência, com lucidez e com competência; levar essa luta. Agora, isso não foi o único, nem foi só esse o nosso problema, nem é o nosso único déficit. Temos algumas bandeiras. Sempre tivemos a bandeira do parlamentarismo. Continuo acreditando no parlamentarismo. Não estou proondo. Perdemos duas vezes. Perdemos recentemente. Não estou proondo. Mas temos que examinar com muita liberdade de espírito o sistema político brasileiro.

Não podemos postergar decisões importantes sobre o sistema político brasileiro, como estamos deixando, por interesses menores, corporativos, fisiológicos ou por interesse local partidário.

Não quero entrar em mais detalhes, mas se não tivermos coragem de tomar decisões que digam respeito a um equilíbrio do sistema político-institucional brasileiro, vamos ter dificuldades sérias no Brasil. Vamos ter dificuldades sérias para governar.

Estou governando há alguns anos, com uma base enorme, cuja maioria é variável, é de geometria variável, depende da questão que éposta sobre a mesa. E essas maiorias não se formam a partir dos acordos partidários. Porque os partidos continuam não tendo capacidade de controlar efetivamente o comportamento dos seus deputados. E, pior, a sociedade não controla o comportamento, tampouco.

O PSDB, pelos índices de votação do Congresso, é dos que mais têm tido um comportamento consistente, têm mais respondido à liderança partidária. Portanto, não é uma crítica ao PSDB, é uma crítica ao nosso sistema político.

Essa crítica, o PSDB tem que voltar a assumir. Se não vamos falar, pela razão da derrota eleitoral, de parlamentarismo, do que que vamos falar, então, para dar governabilidade? Vejam que no centro da discussão contemporânea, ou seja, também tenho discutido, aqui o Senador Lúcio Alcântara esteve na Itália, foi à Inglaterra, tem discutido esse sistema, tem feito um bom trabalho no Teotônio Vilela. No centro da discussão lá, em Florença, do que se tratava? Tratava-se, no fundo, do que eles chamam lá de *governance*. O mais próximo disso, em português, é governabilidade. Não é um governo que toma uma diretriz, social-democrática ou liberal ou conservadora. É uma sociedade que se organiza, para que o sistema decisório, em seu conjunto, possa funcionar.

A governabilidade não depende do governo, ou melhor, não depende só do governo, mas de um conjunto de instituições, de forças, que se organizam ou que postulam de uma maneira que permita levar para uma determinada direção a sociedade, que permite, portanto, que haja convergência, que as decisões que se façam sejam encadeadas. Será que nós não temos que voltar a pensar na governabilidade?

Nos tempos difíceis, na crise dos anos 80, na crise do Governo Collor, não se falava de outra coisa. Depois o tema saiu, com a governabilidade. Por quê? Porque, com o nosso governo e com os nossos aliados, demos ao

País a capacidade de seguir uma direção. Via-se que as decisões tomadas iam num certo rumo, uns gostam e outros não gostam, mas tem rumo. Bom, continua tendo, com todas as dificuldades que aconteceram este ano. Continua tendo. Mas este rumo não está assegurado por um conjunto de instituições enraizadas na sociedade que possa dizer: "Bom, nós não temos problemas para o futuro, não digo quanto à democracia formal, mas quanto à capacidade de o sistema democrático produzir resultados."

Governabilidade democrática significa isso: é capacidade de a sociedade produzir resultados que levem a uma certa direção. De uma forma ou de outra, acho que o PSDB tem que voltar a discutir esse tema com a sociedade. Como é que se vai governar a sociedade? Isso implica tudo: sindicato, Igreja, mídia, famílias. É mais do que o governo.

Aqui, no Brasil, muitas vezes se tem a impressão de que as pessoas ainda estão em outra época. Cobram do governo, como se o governo pudesse assegurar a governabilidade. Não é o governo. Ele pode atrapalhar, ele pode ajudar, mas não é o único apoio nesse assunto.

Quando se vê o Brasil lido pela imprensa, ou ouvido nos discursos, é um Brasil que tem dois atores: o Governo e o resto. O que é isso? Não é possível. Quer dizer, e as instituições intermediárias? E a capacidade de uma certa coerência no sistema institucional para que ele funcione? E a toda hora não temos situações em que o próprio Presidente tem que se envolver para evitar choque institucional?

Se quiserem entrar num assunto delicado, o Senado acabou de votar – isso também já foi votado na Câmara – uma medida que muda as medidas provisórias. Ninguém pensou na governabilidade. Vou dar só um exemplo: em quatro meses, está trancada a pauta do Congresso, porque as medidas provisórias, daqui por diante, valem por dois meses, renovados por mais dois. Se o Congresso não toma a decisão, tranca a pauta. Quer dizer, o Presidente da República vai fazer a pauta do Congresso, porque, na dinâmica da sociedade contemporânea, bastam uma, duas, três medidas provisórias por semana para trancar a pauta no Congresso. Isso é mais democrático? É por aí que se resolve essa questão? Ficou um braço de ferro, como se o Presidente da República fosse um autoritário.

Então, é preciso submeter tudo ao Congresso. Tudo bem, concordo. Mas esse mecanismo, quem pensou nisso, na praticidade da decisão? Foi aprovado, com aplausos, porque “estamos limitando o poder do Presidente”. Não. Estão limitando a capacidade de a sociedade ser governada, porque não é o Presidente quem governa a sociedade. É o conjunto.

Não sei a solução também, porque do jeito que está não pode. Como é hoje, não pode. Agora, a solução? Dei um exemplo que sei que é delicado, que confronta o Presidente com o Congresso. Mas aqui não é o Presidente. Não é o Congresso. É o Brasil. Como é que governa? Temos que pensar nisso. Temos que pensar nesses mecanismos.

Querem outro assunto polêmico? Pediram-me que não falasse de assuntos polêmicos: “O Presidente só gosta de assunto polêmico.” Não estou falando como Presidente. Então, vamos para a polêmica. Eu, no Congresso, sempre polemizei. Estamos discutindo a reforma tributária. A questão central não é técnica. A reforma tributária é uma questão fundamental da estrutura do Estado, a espinha dorsal da Federação e do Estado.

Cadê a numerologia? Quanto vai dar? Quem sabe? É preciso discutir isso. Isso não vai dizer respeito ao meu governo, porque os efeitos são depois. Não é assunto que se possa decidir: “Tem que decidir já, nesta semana...” Por quê? Por que nesta semana? Isso há cinco anos já devia estar decidido. Mas por que não foi? Porque é muito difícil. Não estou acusando o Congresso de ter decidido porque sei que é difícil. Está o Deputado Luiz Carlos Hauly aqui, me olhando. Ele conhece isso melhor do que eu. Quer dizer, um erro ali é fatal. Mas por que colocar de novo na Constituição coisas, regras que devem ser da lei ordinária? Para que vão constitucionalizar imposto, meu Deus do céu?

Estamos, há anos, tratando de fazer as reformas, grande parte porque está na Constituição uma porção de coisas que não deviam estar nela. Nós agora vamos, de novo, colocar na Constituição detalhes de imposto? E quem governa depois?

Olha, essa questão tem que ser levantada. Tanto faz para mim. Não entendo de imposto. Pago de mau gosto, como todo mundo. Mas não entendo de imposto. Fui Ministro da Fazenda, entendo um pouquinho.

Não estou querendo discutir se é tal ou qual. Não sei. Agora, para que colocar na Constituição detalhes? Por que não dar mais liberdade ao país, dar as regras gerais do imposto, do sistema de impostos? Mas por que desconfiar que, amanhã, a União vai tomar mais ou o Estado tal vai fazer isso, fazer aquilo? Vamos dar mais flexibilidade.

Enfim, acho que, nesta matéria, o PSDB precisa trabalhar pensando em termos institucionais, em termos políticos. Não consolidamos a governabilidade. Consolidamos a democracia, no sentido da liberdade, do respeito às eleições, às regras. Mas a governabilidade, a *governance*, não. Acho que o PSDB tem que tomar essa questão e falar com o país, falar com a sociedade com a liberdade que eu não tenho mais. Hoje, estou tomando algumas. Porque não tenho mais de falar, porque têm efeitos que não são convenientes. Mas o partido tem. O partido não é este Governo. Falar com a sociedade e levantar essas questões.

Vou usar uma expressão que ouvi há algum tempo, acho que foi do Anthony Giddens, que é a seguinte: “Temos que radicalizar a democracia.” Outro dia, vi o Deputado José Genoíno falando isso. Achei ótimo. Descobriu? Eu era neoliberal por que falava isso? Vamos falar, com força, que é radicalizar a democracia mesmo! O que é radicalizar a democracia? É, primeiro, expurgar esses sentimentos autoritários que ainda existem em certos setores da sociedade que não respeitam a eleição, as regras, etc. É ganhar no “tapetão”. Mas é muito mais do que isso. É, de novo, a governabilidade. Não dá para governar uma sociedade democrática e complexa, como é a brasileira, se não houver canais amplos de participação.

Agora, como é que se faz isso? Tomem a questão da educação ou da saúde. Peguem a saúde. O que significa, o que estamos fazendo na saúde? O Ministro Serra deve explicar melhor do que eu. Vai chegar aqui mais tarde, se é que já não está. O que estamos fazendo? O destino dos recursos da saúde, do SUS, é crescentemente discutido nos conselhos de saúde. O PT fala tanto de orçamento participativo. Vá lá ver de quanto eles dispõem de orçamento participativo efetivamente. É um pouquinho de dinheiro. O nosso é quase tudo, porque o Governo pega educação, pega saúde, pega reforma agrária. São bilhões e bilhões. Passa

para os estados, passa para os municípios e requer que se organizem aí conselhos que discutam a distribuição. Nós estamos fazendo isso. E estamos vendo os outros dizerem: precisa fazer orçamento participativo, precisa participar. Porque o PSDB não grita que estamos fazendo isso, que tem que radicalizar isso. Radicalizar a democracia é fazer isso, é aumentar os canais. É difícil. Por que é difícil? Porque o grau de consciência da sociedade é desigual; o grau de educação média ainda é baixo; o grau de, enfim, de tudo isso. Mas qual é o esforço do governo no que diz respeito à reforma do Estado? Vou voltar a esse tema já. Nessas áreas sociais é esse. O que é que nós estamos fazendo com o Programa Nacional de Agricultura Familiar, o Pronaf? Que vocês sabem o que é. Não existia Pronaf. Agora tem 3 bilhões e meio de reais para o Pronaf. Vai atender milhões de pessoas. Tem conselhos, tem cursos para formar gente para participar do Pronaf, com o dinheiro que é do FAT. Isso é que é radicalizar a democracia. Não são palavras, são atos. Só que nós não chamamos o que nós estamos falando com as palavras certas. Estamos fazendo, aumentando a participação, radicalizando a democracia, estamos tentando, porque não é fácil. E não é uma coisa que o Governo faça, é a sociedade que tem que fazer também. Não é o partido. Mas nós temos que assumir que estamos tentando fazer, em algumas áreas estamos fazendo.

Espero que os Ministros Serra e Paulo Renato, quando vierem aqui falar, na qualidade de militantes, detalhem o que é isso; quais são os mecanismos, como se faz isso, a distribuição efetiva de recursos, de responsabilidade, de definição de prioridades de uma maneira mais ampla. Bom, isso no que diz respeito à democracia eu podia ficar falando aqui o tempo todo, porque gosto de falar. Mas, enfim, o tempo urge. Com a democracia, portanto, é isso.

O outro compromisso que nós tínhamos é retomar o crescimento. Muito bem. Aí, há uma coisa bastante interessante na questão, as discussões nossas dos anos 80, na formação do PSDB. Tínhamos todos um problema, e era geral, que era a inflação galopante, a hiperinflação, eram dois séculos, duas décadas de hiperinflação. Então é óbvio, é natural que essa preocupação fosse, enfim, com uma sociedade que contro-

lasse a inflação. Mas isso era tão habituado já nos nossos modos de ser, tão habitual, que nem se discutia muito a questão. Mas havia.

Nós não tínhamos, ainda, a consciência da importância do Orçamento equilibrado, dessas coisas. Não obstante, era óbvio que tinha que ser feito. Nesta parte, o PSDB contribuiu muito, não foi sozinho. Não devemos nunca imaginar que o governo não é o PSDB. O governo conta com os outros partidos, conta com técnicos que não são de partido nenhum. Mas, enfim, de qualquer maneira, enfrentamos essa questão da inflação, ganhamos da inflação uma vez, ganhamos de novo esse ano. Temos que valorizar isso também, porque as pessoas esquecem.

No começo desse ano, o fim seria catastrófico. Agora, eu estou feliçíssimo porque a discussão é se é 8,2%, 8,3%, 8,5%. “Ah, mas Presidente, já está muito alta.” É, está muito alta sim, estamos discutindo. Acho ótimo. Tem que discutir mesmo. E tem que apertar mais. Mas, enfim, deixa para lá. O que tínhamos era outra tarefa. Estávamos saindo de uma época em que havia muita desordem por causa da inflação. O Estado era um queijo suíço, furadinho, carcomido, incapaz de agir.

Posso lhes garantir, com toda tranquilidade, que o Estado que herdamos – o Presidente Itamar Franco herdou do Presidente Collor – era um Estado esburacado. Então, tivemos que reconstruir o Estado. Mas tínhamos uma outra coisa: a nossa cabeça toda estava feita por uma industrialização, por substituição de importações. E já estávamos num mundo que era diferente, num mundo que já estava globalizado ou, pelo menos, começando a se globalizar, num mundo em que tínhamos de enfrentar o que chamamos de desafio da inserção competitiva na economia internacional. Disso não havia experiência, havia preconceito, ou melhor, havia desinformação. Não imaginávamos que fosse possível. Não obstante, o PSDB foi, talvez, o primeiro partido que desenhou a necessidade e a possibilidade de o Brasil se redefinir nessa direção.

Eu me lembro que no programa há uma parte em que se discute o capital estrangeiro. É o único partido, que eu saiba, que discutiu a necessidade do capital estrangeiro, porque até então era anátema. Capital estrangeiro é igual a imperialismo. Imperialismo quer evitar o de-

senvolvimento, logo, contra. Era essa a visão. Pusemos que era necessária a participação do capital estrangeiro, depois de muita discussão interna dos que estavam formulando as coisas. E dissemos que havia que privatizar, sem saber o que nós dissemos lá em 80.

Quando agora dizem que o Governo é neoliberal, que o Presidente esqueceu o que escreveu... Nunca esqueci o que escrevi, nem nunca disse essa frase. Não. Nós dissemos que era preciso privatizar. Fizemos uma ressalva. E fomos salvos pelo Presidente Itamar Franco. A ressalva foi a seguinte, a reação foi a seguinte: "Vamos fazer a privatização, menos de empresa simbólica, como a Siderúrgica Nacional." Aí, o Itamar privatizou. E eu ajudei.

Mas é interessante ver o que nós dissemos naquela época. Não se diziam essas coisas. Nós tivemos coragem de dizer essas coisas contra tabus. Por que que nós dissemos essas coisas? Porque não percebemos, não fomos nós, a economia não foi aberta pelo PSDB, já estava aberta. Mas o mundo já tinha se transformado. Então nós tínhamos, efetivamente, que enfrentar certas questões. E nós começamos a enfrentá-las.

Achamos, então, que era preciso, para isso, valorizar a empresa privada, na busca da competitividade, palavra que não se usava, era fechar e substituição de importações. E não estou criticando, porque, na época, tinha que ser mesmo. Depois, mudou o mundo. Quando mudou, nós vimos que o mundo tinha mudado. Não vimos tudo. Nós sentimos alguma coisa e sentimos no partido.

Então se dizia: "O partido, agora...". Agora, não, ninguém leu o que nós escrevemos naquela época, não é agora. Nem um discurso do Mário Covas sobre o choque do capitalismo. Leiam. E vão ver se o que estou dizendo não é o que está dito lá.

Bom, nós achávamos, também, que era preciso fazer uma profunda modificação nas estruturas obsoletas do Estado. Aqui está o Dr. Hélio Jaguaribe, que eu não esqueço até hoje, ele naquela época dizia: "O Estado, agora, é desinvestidor líquido." Era. Quer dizer, um Estado que só tomava empréstimo. O Estado, no passado, o Estado que foi desenvolvimentista, o Estado da substituição de importações era um investidor. Ele pegava a poupança, tinha essa capacidade, e imposto, e fez a Eletrobrás, a Petro-